



Área Temática: Simpósio 10 - Discurso, Subjetividade e Violência de Gênero.

O DISCURSO SOBRE A MATERNIDADE ATÍPICA: EFEITOS DE SENTIDO DE ABANDONO

RESUMO:

Este estudo tem como objetivo investigar o processo de subjetivação de mães atípicas, sobretudo de mães de crianças e/ou pessoas autistas, no discurso jornalístico digital brasileiro. Parte-se da hipótese de que tais materialidades discursivas produzem representações que inscrevem essas mulheres em posições-sujeito (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2007) atravessadas por sentidos de abandono, sobrecarga e responsabilização individual, ao mesmo tempo em que silenciam instâncias implicadas no cuidado, como Estado e figura paterna. Teórico-metodologicamente, mobilizam-se os pressupostos da Análise do Discurso de linha francesa (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2007), em articulação com a perspectiva discursivo-desconstrutiva (Coracini, 2007, 2010; Moreira, 2020, 2025) e com a abordagem arqueogenealógica de Foucault (2010, 2013, 2014), bem como estudos de gênero (Saffioti, 2004; Butler, 2003). Para esta apresentação, analisa-se um recorte de reportagem publicada no Jornal da USP (2020). O gesto analítico incide sobre efeitos de sentido produzidos pelas formulações que associam a maternidade atípica à “luta” e ao “abandono”. Os resultados apontam que o discurso jornalístico, ao nomear o abandono como marca identitária, permite observar uma faceta de violência de gênero e imposição de normas reguladoras que restringem a identidade dessas mulheres. Tais efeitos contribuem para a inscrição de uma maternidade marcada pela sobrecarga e abnegação.

DESCRIPTORES: Discurso; Jornalismo Digital; Representação; Maternidade Atípica; Mãe de Autista.

ABSTRACT:

This study aims to investigate the process of subjectivation of atypical mothers, particularly mothers of children and/or individuals with autism, in Brazilian digital journalistic discourse. It is based on the hypothesis that such discursive materialities produce representations that inscribe these women into subject-positions (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2007), traversed by meanings of abandonment, overload, and individual accountability, while simultaneously silencing other instances involved in caregiving, such as the State and the paternal figure. From a theoretical and methodological perspective, the study draws on the assumptions of French Discourse Analysis (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2007), in articulation with the discursive-deconstructive perspective (Coracini, 2007, 2010; Moreira, 2020, 2025), the

archaeogenealogical approach of Foucault (2010, 2013, 2014), and gender studies (Saffioti, 2004; Butler, 2003). For this presentation, an excerpt from a report published in *Jornal da USP* (2020) is analyzed. The analytical gesture focuses on the effects of meaning produced by formulations that associate atypical motherhood with “struggle” and “abandonment.” The results indicate that journalistic discourse, by naming abandonment as an identity marker, makes it possible to observe a facet of gender violence and the imposition of regulatory norms that restrict the constitution of these women. These effects contribute to the inscription of a form of motherhood marked by overload and self-sacrifice.

DESCRIPTORS: Discourse; Digital Journalism; Representation; Atypical Motherhood; Mothers of Autistic Children.

1 INTRODUÇÃO

O presente estudo tem como objetivo geral investigar os processos de subjetivação (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2007) de mães atípicas, sobretudo aquelas de crianças e/ou pessoas com TEA (Transtorno do Espectro Autista), no discurso jornalístico digital, tomando como objeto de análise a materialidade linguística (Orlandi, 2007) de notícias e reportagens. Especificamente, busca-se analisar os efeitos de sentido produzidos nas formulações que inscrevem essas mulheres em determinadas posições-sujeito (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2007), com destaque para sentidos relacionados ao abandono, à sobrecarga e à responsabilização individual.

Parte-se da hipótese de que o discurso jornalístico, ao tematizar a maternidade atípica, produz representações que interpelam essas mulheres em posições-sujeito (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2007) atravessadas por sentidos de desamparo, ao mesmo tempo em que silenciam outras instâncias implicadas no cuidado, como o Estado e a figura paterna.

A maternidade atípica, aqui compreendida como a vivência de mulheres que exercem o cuidado de filhos com neurodivergências, especialmente o autismo, é atravessada por uma rede complexa de sentidos que oscilam entre a idealização e a invisibilidade social. Tal compreensão dialoga com estudos que problematizam as construções históricas e sociais da maternidade e os papéis de gênero (Saffioti, 2004), permitindo compreender como determinadas formas de maternar são legitimadas, enquanto outras são marginalizadas.

A fundamentação teórico-metodológica ancora-se na Análise do Discurso de linha francesa, conforme as formulações de Pêcheux (1988, 2008) e Orlandi (2007, 2013), considerando a relação entre língua, história e ideologia na produção dos sentidos. Mobilizam-se, nesse quadro teórico, as noções de condições de produção, interdiscurso e memória discursiva (Orlandi, 2007), que permitem compreender que os sentidos não são dados de forma transparente, mas se constituem historicamente. A análise também dialoga com as discussões

sobre relações de poder (Foucault, 2010) e gênero (Saffioti, 2004), na medida em que tais categorias atravessam a constituição dessas posições e os modos de significar a maternidade no espaço público. Conforme Orlandi (2007), o silêncio não se configura como ausência, mas como parte constitutiva do processo de significação. Assim, no discurso sobre a maternidade, podem-se observar movimentos de silenciamento (Orlandi, 2007) que participam da produção de sentidos e contribuem para a manutenção de determinados imaginários, como o da maternidade associada ao sacrifício.

A partir da perspectiva discursivo-desconstrutiva, Moreira (2020) contribui para a compreensão dos modos pelos quais o discurso opera na constituição dos sujeitos. Ao investigar o processo de subjetivação, a autora aponta que o sujeito é significado a partir de materialidades que circulam socialmente, atravessadas por condições históricas e ideológicas. Dialogando com essa perspectiva, este trabalho observa como a mãe de autista é significada como efeito de sentidos produzidos sobre a maternidade, em uma conjuntura histórica marcada por desigualdades de gênero e pela precarização da vida (Butler, 2003). Nesse movimento, a maternidade é compreendida não como dado natural, mas como construção discursiva atravessada por relações de poder (Foucault, 2010). Tais considerações auxiliam na problematização das relações entre discurso, corpo e subjetividade, permitindo questionar as marcas identitárias impostas ao corpo materno.

Esta pesquisa justifica-se pela necessidade de problematizar a “luta” materna, especificamente no que se refere às mães de crianças e/ou pessoas autistas, frequentemente significadas como responsáveis exclusivas pelo cuidado. Segundo Wels (2020), a abnegação é historicamente imposta à mulher como uma virtude, mascarando a ausência de suporte coletivo. A relevância jurídica e social desta discussão reside na identificação de facetas da violência de gênero, uma vez que o abandono, tema central deste estudo, configura uma forma de violência simbólica e negligência estrutural que atinge majoritariamente o corpo feminino.

A análise apresentada neste trabalho mobiliza materialidades provenientes de uma pesquisa de Iniciação Científica em andamento, cujo *corpus* é constituído por notícias e reportagens de portais jornalísticos digitais brasileiros. Para esta etapa, seleciona-se um recorte específico de uma reportagem publicada no Jornal da USP, no ano de 2020, intitulada “Luta de mães de crianças autistas é marcada pela dor do abandono”. A análise se debruça sobre as condições de produção dessa materialidade, buscando compreender o interdiscurso que sustenta os sentidos de “luta” e “abandono”, pelos quais a maternidade atípica é significada no discurso jornalístico, particularmente no que se refere à ausência de suporte estatal e paterno.

Dessa maneira, o presente trabalho organiza-se em seções que detalham o dispositivo teórico e analítico mobilizado, a descrição das condições de produção do *corpus* (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2007) e a discussão teórica dos dados. Os resultados obtidos apontam que o discurso jornalístico digital, ao nomear o abandono como elemento recorrente na tematização da maternidade atípica, produz representações que inscrevem essas mulheres em posições-sujeito (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2007), atravessadas por efeitos de sentido de sobrecarga e responsabilização individual, ao mesmo tempo em que silenciam outras instâncias implicadas no cuidado, como o Estado e a figura paterna, compreendidos aqui enquanto instâncias atravessadas por relações de poder (Foucault, 2010).

2 DESENVOLVIMENTO

2.1 Dispositivo Analítico e Condições de Produção

A análise incide sobre um recorte proveniente de uma reportagem publicada no Jornal da USP, em 22 de dezembro de 2020 (atualizada em 2021), de autoria da jornalista Tainá Lourenço, que apresenta resultados de uma pesquisa acadêmica desenvolvida por Ana Celeste de Araújo Pitiá, na Escola de Enfermagem de Ribeirão Preto (EERP-USP). A materialidade se estrutura a partir da exposição de dados e relatos que tematizam o cotidiano de mães de crianças autistas, trazendo enunciados que significam essa experiência a partir de sentidos de sobrecarga, dificuldade e ausência de suporte.

Esse lugar de enunciação (o campo universitário) confere ao discurso um efeito de verdade (Foucault, 2010) e autoridade técnica, na medida em que se ancora no discurso científico como instância legitimadora. Entretanto, observa-se que, ao mobilizar esse saber, o discurso jornalístico coloca em circulação formulações como “luta”, “batalha” e “abnegação”, pelas quais a maternidade atípica é significada, inscrevendo essas mulheres em posições-sujeito (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2007) marcadas pelo esforço contínuo e pela renúncia de si.

O interdiscurso (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2007) que sustenta a matéria é o da "maternidade devocional". Como aponta Wels (2020), o imaginário social brasileiro é profundamente marcado pela ideia de que a mulher deve abandonar suas próprias necessidades em prol do cuidado. O texto reafirma essa posição discursiva ao destacar que essas mães se voltam para os filhos "esquecendo-se muitas vezes de si próprias". Esse processo de subjetivação, conforme discutido por Moreira (2020), permite observar como o discurso jornalístico digital reinscreve formações discursivas que fixam a mulher em um papel de sacrifício compulsório e silenciam outras instâncias implicadas no cuidado, como o Estado e a figura paterna.

2.2 Gesto de Interpretação: A Naturalização da Luta e a Denúncia do Abandono

A análise incide sobre a materialidade discursiva de um recorte extraído da reportagem intitulada “Luta de mães de crianças autistas é marcada pela dor do abandono”, de autoria de Tainá Lourenço, publicada no Jornal da USP, em São Paulo, em 2020 e atualizada em 2021.

O recorte é identificado como R1R1, em que “R” refere-se ao recorte analítico e “R” à reportagem de origem. Vejamos:

(R1R1): Luta de mães de crianças autistas é marcada pela dor do abandono. (Lourenço - Jornal da USP, 2020, s.p)

No recorte observa-se que o enunciado se organiza a partir de dois núcleos de significação centrais: “luta” e “dor do abandono”, que operam conjuntamente na produção de efeitos de sentidos sobre a representação das mães de crianças autistas.

O termo “luta”, classificado gramaticalmente como substantivo feminino, pode ser definido como “combate, peleja, esforço para vencer uma dificuldade” (Ferreira, 2010). Já o termo “abandono”, também substantivo, refere-se ao “ato de deixar, desamparar ou privar alguém de assistência” (Ferreira, 2010). Essas definições, ao integrarem a memória discursiva (Orlandi, 2007), permitem observar que os termos mobilizados no enunciado, circulam socialmente associados a sentidos de enfrentamento e privação. Tais termos produzem efeitos de sentido que inscrevem a maternidade atípica das mães de crianças autistas no campo da luta contínua e do desamparo, deslocando para o âmbito individual uma experiência atravessada por condições históricas e sociais (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2007). Nesse movimento, a maternidade é significada como responsabilidade individual, enquanto outras instâncias implicadas no cuidado são silenciadas (Orlandi, 2007).

No R1N1, a escolha do termo “Luta” no início da frase não é neutra, ela produz um efeito de sentido de guerra solitária, funcionando como uma marca identitária que subjetiva a mãe atípica. Discursivamente, se há uma luta, há um inimigo ou uma adversidade que, neste caso, é a própria condição do filho e a falta de estrutura social. Esse funcionamento discursivo captura a mulher em uma unidade imaginária onde o cuidado é indissociável do sacrifício (Orlandi, 2013).

O ponto fulcral da análise incide sobre o significante “abandono”, que, do ponto de vista gramatical, configura-se como um substantivo masculino (Ferreira, 2010). Observa-se que, na

materialidade analisada, esse termo é mobilizado em associação a dados estatísticos que indicam que 78% dos pais abandonam as mães de crianças com deficiência antes de os filhos completarem cinco anos. A partir desse funcionamento, o gesto de interpretação, amparado por Orlandi (2013), permite compreender como o discurso subjetiva essa experiência. O texto atribui o abandono à formulação de que os pais não suportariam a “perda do filho ideal”, produzindo efeitos de sentido que reinscrevem a ausência paterna em um registro de ordem emocional.

Nesse movimento, observa-se um deslizamento de sentido, na medida em que a ausência paterna é significada de modo a torná-la socialmente inteligível, enquanto a mulher é inscrita em uma posição de abnegação (Wels, 2020), vinculada ao cuidado contínuo. Sob a ótica de Butler (2003), esse funcionamento pode ser compreendido como efeito de normas de gênero que regulam os modos de constituição das identidades, associando a feminilidade à renúncia e à responsabilização pelo cuidado.

Tal estrutura discursiva cria o que Orlandi (2007) define como silenciamento, pois quando a matéria foca na “fragilidade” masculina, para justificar o abandono, apaga-se a responsabilidade ética, jurídica e biológica do pai, ao mesmo tempo em que inscreve a sobrecarga materna como um destino biológico. Assim, o discurso jornalístico não apenas relata o fato, acontecimentos, mas reinscreve formações ideológicas (Moreira, 2020) que sustentam uma hierarquização entre o masculino e o feminino, produzindo efeitos de sentido que significam o abandono como “fatalidade psicológica” masculina e a luta como “obrigação moral” feminina.

A “dor do abandono” configura-se, nesse funcionamento discursivo, como marca de precarização da vida (Butler, 2003). O abandono paterno é silenciado (Orlandi, 2007) enquanto a violação de responsabilidades no cuidado, sendo reinscrito no discurso sob a forma de “fragilidade masculina”, ao passo que a sobrecarga materna é significada como “batalha”.

A partir da análise do recorte, observa-se que a estrutura narrativa, ao focalizar a resiliência individual da mãe, produz o que Orlandi (2007) denomina como silenciamento constitutivo. Nesse funcionamento, apagam-se outras instâncias implicadas no cuidado, como o Estado, a figura paterna e a rede familiar e social, deslocando para a mulher a centralidade da responsabilidade.

Esse apagamento torna-se ainda mais significativo quando considerado em relação aos dispositivos legais que regulam o cuidado e a proteção das pessoas com deficiência, como a Constituição Federal (Brasil, 1988), a Lei nº 12.764 (Brasil, 2012), que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA, e a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil,

2015). No entanto, no funcionamento discursivo da materialidade analisada, tais instâncias não são significadas, o que contribui para a produção de efeitos de sentido que individualizam o cuidado e reforçam a responsabilização materna.

Paralelamente, a posição-sujeito paterna (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2007, Moreira, 2020) é atravessada por um interdiscurso que a inscreve no registro de uma “ajuda” opcional, mesmo quando, no campo jurídico, trata-se de um dever de assistência e coparentalidade. Nesse funcionamento, observa-se que o discurso jornalístico produz efeitos de sentido que reinscrevem a ausência paterna no campo do “luto pelo filho ideal”, operando em um regime de verdade que a torna socialmente inteligível e aceitável (Foucault, 2010).

Por fim, a rede de apoio coletiva, que inclui a comunidade e as estruturas laborais, é silenciada (Orlandi, 2007) no funcionamento discursivo ao não ser significada como instância de suporte, o que restringe a possibilidade de a mulher existir para além da função materna. Esse silenciamento (Orlandi, 2007), como aponta Wels (2020), reforça o dispositivo da abnegação, que captura a subjetividade materna e contribui para a produção de efeitos de sentido que deslocam para o âmbito privado aquilo que, no campo jurídico e social, é significada como responsabilidade coletiva.

3 CONCLUSÕES

As reflexões tecidas ao longo deste estudo sinalizam que o discurso jornalístico digital, embora produza efeitos de visibilidade às demandas das mães atípicas, opera no interior de uma formação discursiva da maternidade devocional (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2007), que privilegia a abnegação e o sacrifício como marcas de representação dessas mulheres.

A análise da materialidade linguística da reportagem publicada no Jornal da USP (Lourenço, 2020) demonstrou que o uso de termos como “luta”, “batalha” e “abnegação” não apenas descreve uma realidade de sobrecarga, mas produz representações que inscrevem a mulher em uma posição-sujeito (Pêcheux, 1988; Orlandi, 2007) marcada pelo isolamento e pela responsabilização individual. Como observado no gesto de interpretação empreendido, ao significar o abandono paterno pela via do “luto pelo filho ideal”, o discurso produz efeitos de sentido que reinscrevem a ausência masculina em um registro emocional, ao mesmo tempo em que desloca para o corpo feminino a centralidade do cuidado.

Considera-se, portanto, que a “dor do abandono” citada no recorte R1N1 não é um dado meramente psicológico ou individual, mas um efeito de sentido de uma precarização da vida vinculada à falha das normas de gênero (Butler, 2003), uma violência. O silenciamento (Orlandi, 2007) das falhas nas políticas públicas e da ausência de redes de apoio coletivas é

substituído pela exaltação da “mãe guerreira”, uma manobra discursiva que mascara a violência de gênero sob a aparência de virtude.

Ao dialogar com Moreira (2020), observa-se que os meios digitais participam de processos de subjetivação que inscrevem a mulher em um interdiscurso devocional, o qual, conforme Badinter (1985), se constitui historicamente ao associar o cuidado à natureza feminina, contribuindo para a manutenção de uma assimetria na distribuição das responsabilidades sociais.

Conclui-se que o portal analisado, embora cumpra uma função social de denúncia, acaba por reiterar o interdiscurso da "mãe heroína" que sobrevive à margem do Estado e da figura paterna, reforçando a vulnerabilidade que este Simpósio se propõe a debater. Esta investigação demonstra a urgência de deslocar o sentido da maternidade atípica do campo da “luta privada” para o campo dos direitos sociais garantidos pela Constituição Federal (Brasil, 1988) e na Lei nº 12.764 (Brasil, 2012). Deixa-se, por fim, o caminho aberto para que futuras pesquisas aprofundem como a linguagem jornalística nos meios digitais pode transitar de um discurso de desamparo para um discurso de dignidade e suporte estrutural.

4 REFERÊNCIAS

BADINTER, Elisabeth. **Um amor conquistado: o mito do amor materno**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**: promulgada em 5 de outubro de 1988. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 1990.

BRASIL. Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012. **Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, 28 dez. 2012. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/112764.htm. Acesso em: 01 ago. 2025.

_____. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015**. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato20152018/2015/lei/113146.htm?msckid=e03ca915a93011eca55b7de3600188ab. Acesso em: 01 de ago. de 2025.

BUTLER, Judith. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução de Renato Aguiar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Novo dicionário Aurélio da língua portuguesa**. Curitiba: Positivo, 2010.

FOUCAULT, Michel. **Os anormais: curso no Collège de France (1974–1975)**. Tradução de Eduardo Brandão. São Paulo: Martins Fontes, 2010.

_____. **A ordem do Discurso**. Trad. Laura Fraga de Almeida Sampaio, 23 ed. São Paulo: Edições Loyola, 2013.

_____. **A arqueologia do saber**. Trad. Luiz F. B. Neves. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2014.

LOURENÇO, Tainá. **Luta de mães de crianças autistas é marcada pela dor do abandono**. Jornal da USP, São Paulo, 2020. Disponível em: <https://jornal.usp.br/atualidades/luta-de-maes-de-criancas-autistas-e-marcada-pela-dor-do-abandono/>. Acesso em: 10 fev. 2026.

MOREIRA, Icléia Caires. **O processo de subjetivação do indígena em material didático subsidiado pelas (novas) tecnologias**. Araraquara: Letraria, 2020.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **As formas do silêncio: no movimento dos sentidos**. 6. ed. Campinas: Unicamp, 2007.

ORLANDI, Eni Puccinelli. **Discurso e texto: formulação e circulação dos sentidos**. Campinas: Pontes, 2013.

PÊCHEUX, M. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Trad. Eni P. Orlandi. Campinas: Editora da UNICAMP, 1988.

SAFFIOTI, Heleieth I. B. **Gênero, patriarcado, violência**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.

WELS, Érica Schlude. "Daquele filho vinha-lhe todo o bem e todo o mal": o ideal de abnegação materna em A Caolha. **Revista de Literatura e Teoria Literária**, [s. l.], 2020.